

DE VOLTA A UMA GRANDE CRISE

Renildo Souza

O ano de 2011 registra a volta à grande crise, sobretudo nos chamados países desenvolvidos. Recaída agora, antes de ser concluída a recuperação ensaiada em 2010. Destacam-se, desta vez, a crise do euro e a ameaça de colapso da União Europeia, ao lado do problema da dívida pública dos Estados Unidos. Desde 2007-2008, o capitalismo retornou a um tipo de crise sistêmica, relembando os anos 1930. A flexibilidade e a inovação, inegáveis, do sistema capitalista não interditaram o surgimento de desastres colossais. Pequenas flutuações, como meras fricções “naturais” dos mercados inovadores e supostamente auto-regougados, não expressam a dinâmica efetiva do capitalismo contemporâneo.

Em julho de 2009, em carta à rainha Elizabeth II, economistas ingleses desculpam-se porque os profissionais da economia na Inglaterra e no mundo, segundo eles, cometeram uma falha de imaginação ao não compreenderem os riscos do sistema global. Na verdade, seu instrumental teórico não permitiu antecipar a tempestade que se avizinhava. No cortejo da crise, soçobraram as mais diferentes teses, entre economistas ortodoxos, desde a ideia do fim dos ciclos econômicos à chamada Grande Moderação (“tudo sob controle”), passando pela suposta emergência da desnecessidade de análise macroeconômica, sem falar da inválida ação estatal. Ou mesmo em algumas áreas do chamado pensamento econômico radical, perdeu validade o argumento da vigência contínua de uma crise crônica e rastejante da economia capitalista, sem possibilidade de explosões, sem chance da erupção de grandes crises, porque os gastos dos governos determinavam um piso para a recessão e já se sabia, aprendeu-se, como interditar a marcha para uma crise de grande porte.

Mas o fato concreto é que, a despeito das teorias e ideologias, estamos diante de um abalo econômico gigantesco em um período, relativamente longo, de quatro anos – de 2007 a 2011 –, sem segurança sobre o momento da sua superação. Como as graves dificuldades econômicas e financeiras internacionais persistem?

ATENÇÃO: A *THE ECONOMIST* TEM UM PLANO!

“É Para Ficar com Medo” (tradução livre) é o título de capa de uma das últimas edições da *The Economist* ao tratar da crise. Chama a atenção que um dos porta-vozes mais alarmantes desta nova piora da crise seja a conservadora revista *The Economist*. Esse importante órgão da imprensa não cansa, em edições sucessivas, de falar da catástrofe mundial que resultaria do desaparecimento da moeda única europeia e principalmente da União Europeia (UE). O argumento básico é que a EU tem sido uma sólida rocha de estabilidade no pós-guerra no continente. Por que tanto alarmismo? Catastrofismo? Esse pânico da *The Economist* mostra que o problema não é só a Grécia ou Portugal, mas os riscos de uma evolução com consequências disruptivas na configuração (política, econômica e financeira) e nas perspectivas do mundo, com o esvaziamento do grande capital europeu ao lado do declínio relativo dos Estados Unidos.

A *The Economist* argumenta que é preciso uma ação coletiva audaciosa dos líderes europeus, com um plano de resgate de centenas de bilhões de dólares, para encerrar o “círculo vicioso de pânico atual, em que a fraqueza das finanças do governo, a fragilidade dos bancos e as preocupações sobre baixo crescimento se alimentam mutuamente.” “Um plano custoso ou a ruína”, proclama a revista. Tempos curiosos esses em que campeões do fundamentalismo do mercado falam em salvamento estatal, plano etc. Dever-se-ia trocar “a política macroeconômica da Zona do Euro de sua obsessão pelos cortes orçamentários para uma agenda de crescimento”. Nessa proposta admite-se, quem diria, a moratória da dívida grega, ou seja, “reestruturando a dívida dos que jamais poderão pagá-la”. Isso não é moratória, é não-pagamento, simplesmente. Esse mundo está de ponta-cabeça.

Todavia, devem ser compreendidos dois aspectos fundamentais do Plano da *The Economist*. Primeiro: a insistência fanática em que o poder público europeu aceite (mais uma vez?!) “um esquema para reforçar os bancos”, “recapitalização dos bancos europeus”, compreendendo-se que “(os bancos) mais vulneráveis precisarão da ajuda do governo”, que “o BCE poderia ajudar os bancos oferecendo um compromisso de liquidez ilimitada pelo tempo que for necessário”. Segundo: “Todas as economias em dificuldade, solventes ou insolventes, precisam de um programa renovado (SIC) de reforma estrutural e liberalização. Liberalizar serviços e profissões, privatizar empresas, cortar a burocracia e retardar a aposentadoria...”. Pronto: os liberais continuam os mesmos, ninguém perdeu o rumo. Tudo muda para nada mudar.

Na verdade, o déficit público não é o resultado da crise. Os planos de resgate de bancos, com recursos públicos, a queda da arrecadação fiscal devido à própria crise, as necessidades sociais acrescidas pelo seguro-desemprego, a exigência de taxas de juros mais elevadas e prazos mais curtos para a rolagem dos títulos públicos por imposição de bancos alemães e franceses etc. combinaram-se para criar as dificuldades fiscais da Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha, Itália e outros. Antes da crise, os déficits públicos eram bastante limitados.

Curiosamente, a direita ocupa os principais postos políticos da Europa e tende a propor medidas, em meio à crise, em prejuízo dos trabalhadores e dos países mais frágeis. As políticas de aperto monetário e fiscal lançam combustível para prolongar a recessão econômica e o sofrimento do povo. Um problema importante que continua sem resposta é a dominação comercial, com base na indústria de bens de capital, da Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica e Escandinávia dentro da própria Europa.

A UNCTAD, em seu relatório deste ano, levanta algumas propostas razoáveis: reduzir o tamanho das instituições financeiras, separação dos bancos comerciais e de investimento, crédito para investimento na produção para pequenas e médias empresas, estabilização e gestão do câmbio em função das necessidades do investimento e do comércio, limitar a especulação financeira.

OLIGARQUIA FINANCEIRA

O capital fictício e a dominação da oligarquia financeira - estudados, em óbvios períodos distintos, por Karl Marx e Vladimir Lênin, respectivamente, - ocupam o centro da cena no capitalismo contemporâneo e, por conseguinte, na

origem e persistência da atual grande crise capitalista. O sistema de crédito, como dizia Marx, é uma alavanca poderosa, indispensável, para o desenvolvimento econômico, que incorpora, inevitavelmente, a concentração e a centralização do capital. Entretanto, a própria expansão econômica, apoiada no crédito bancário e na bolsa, provoca também a especulação, ou seja, a expectativa de ganhos financeiros crescentes, à margem do próprio investimento na produção.

Desde o início da década de 1960, constituiu-se na Europa, sobretudo em Londres, o mercado financeiro desregulado e globalizado dos eurodólares. A flutuação cambial, a partir de 1973, a crescente liberalização financeira nos Estados Unidos, a integração dos mercados, a criação de derivativos e títulos de dívida (securitização) combinaram-se nas últimas décadas para produzir a dominação e a instabilidade da finança no capitalismo contemporâneo.

As próprias corporações empresariais não-financeiras intensificaram sua busca de ganhos nos mercados financeiros. A General Motors obteve ganhos de US\$ 2,9 bilhões com hipotecas em 2005. Para impulsionar os preços dos ativos, quase 500 corporações da Bolsa de Nova Iorque, inclusive endividando-se, recompraram suas ações, com gastos de US\$ 549 bilhões em janeiro de 2008. Ao mesmo tempo, o investimento fixo líquido nas corporações caiu de 23,7% dos lucros, entre 1969 e 1984, para 17,7% entre 1984-2009, conforme Gilad Isaacs.

O relatório do Senado Americano sobre a crise financeira assinala que a desregulação da década de 1990 permitiu o aumento da concentração bancária nos EUA. Entre 1990 e 2009, houve a redução dos 15 mil para 8 mil bancos locais e regionais e de 13 mil para 7,5 mil “cooperativas de crédito”. Em meados dos anos 1990, foram relaxadas as exigências legais que limitavam as operações bancárias, incentivando-se a assunção de riscos mais elevados. O relatório destaca que a legislação em 1994 facilitou a dispersão de filiais de bancos pelos diversos estados do país. E em 1999, desmontou-se a obrigação de separação entre instituições financeiras da lei Glass-Steagal de 1933. Liberalizou-se a conglomeração de bancos comerciais, bancos de investimentos, seguradoras e corretoras de valores.

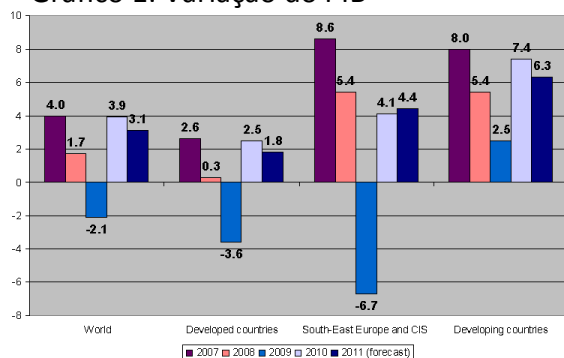
Andrew Sheng (2011, p. 8), membro da Comissão Reguladora Bancária da China avalia que “o colapso do Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008 demonstrou que a natureza da moderna crise financeira não tem precedente em sua complexidade, profundidade, velocidade de contágio e transmissão e escala de perdas”. Sheng constata um processo de cartelização financeira, com os seguintes dados para todo o mundo: as quatro maiores firmas de custódia de ativos controlam 60% dos negócios no mundo; as três principais seguradoras ficam com 64% dos seguros globalmente; as dez maiores firmas de câmbio detêm 64% das operações cambiais; as quatro maiores firmas de contabilidade controlam 53% do seu mercado no mundo; as dez maiores firmas de subscrição de investimentos financeiros açambarcam 70% de todos os negócios; e as dez maiores firmas de subscrição de títulos de dívida concentram 62% dessas operações.

QUEDA E REARRANJO MUNDIAL

Prosseguem os impasses financeiros e a desafiadora queda da atividade econômica nas regiões centrais do sistema capitalista. Mas, simultaneamente, há o prosseguimento do forte deslocamento produtivo para a Ásia, e secundariamente para outras regiões. A crise demonstra que o capitalismo não conduz a uma evolução econômica harmoniosa entre setores e países. Confirma-se o desenvolvimento desigual e combinado. No passado, na crise dos anos 1930, o afundamento capitalista contrastava com o acelerado crescimento econômico da União Soviética, a despeito de todos os problemas do socialismo real. Agora, no início do século XXI, a crise dos Estados Unidos, Europa e Japão contrasta com a resistência econômica dos chamados países emergentes, sobretudo a China.

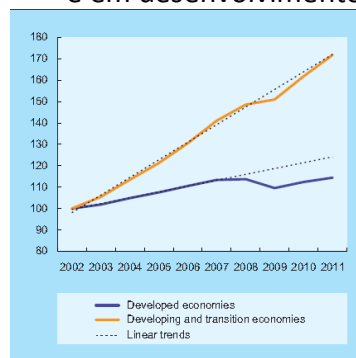
A economia mundial teve uma queda de 2,1% em 2009, com a contribuição do recuo de 3,6% dos países desenvolvidos, enquanto os chamados países em desenvolvimento tiveram crescimento econômico de 2,6% (ver Gráfico 1). No caso particular do Brasil, houve uma queda de 0,6% do PIB em 2009 e aumento de 7,5% em 2010. A previsão da UNCTAD é de uma espécie de estagnação de 1,8% para o ano corrente (2011) para os países desenvolvidos. Antes da crise, os países em desenvolvimento já apresentavam taxas elevadas de crescimento, mas a partir de 2008 ampliou o hiato entre o ritmo de variação do PIB real na comparação entre os países em desenvolvimento (PED) e os desenvolvidos (PD), conforme gráfico 2. A crise parece atuar como catalisadora que impulsiona a transformações na divisão internacional do trabalho. Os chamados países emergentes, tendo à frente a China, passaram a condição de motor do crescimento da economia mundial.

Gráfico 1: Variação do PIB



Fonte: UNCTAD. Trade and Development. Report 2011.

Gráfico 2: Descolamento do PIB dos países desenvolvidos e em desenvolvimento



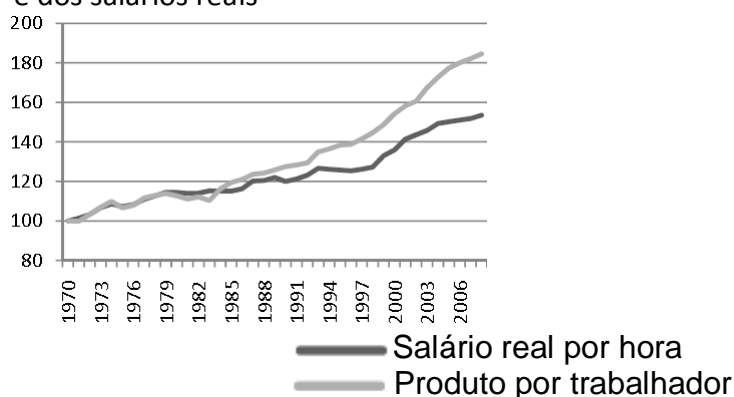
As previsões da OCDE ainda são mais pessimistas do que as da UNCTAD. Assim, a OCDE avalia que, em 2011, os países desenvolvidos estão mantendo o crescimento abaixo de 1%, enquanto os chamados emergentes têm alguma moderação no seu ritmo de expansão econômica. A queda dos investimentos e consumo na economia mundial repercutem fortemente no mercado de trabalho. O desemprego dos jovens e de longo prazo está sendo intensificado pela crise. Conforme a OIT, no primeiro trimestre de 2011, pelo menos um terço dos desempregados estava há mais de um ano em busca de emprego. Os desempregados nesta situação eram encontrados em 40,5% na França, 47,3% na Alemanha, 50% na Itália, 40,2% na Espanha e 68,3% na

África do Sul. O principal destaque coube aos Estados Unidos que, atingiu um recorde histórico, ao triplicar o número de trabalhadores no desemprego de longo prazo.

DESIGUALDADES, BOLHAS E CRISE

Surpreendentemente, há economistas nos EUA que argumentam que a assim chamada taxa natural de desemprego, compatível com o controle da inflação, passou, estruturalmente, de 5% para 9% na economia estadunidense. Desde 1980 que os salários são inferiores, cada vez mais, ao crescimento da produtividade nos EUA, em compatibilidade tanto com as necessidades de intensificação da exploração para sustentação da lucratividade empresarial quanto com a ideologia neoliberal desse período.

Gráfico 3: Crescimento da produtividade e dos salários reais



Fonte: BLS Labor Productivity and Costs (1970 indexed to 100). Jon D. Wisman and Barton Baker.

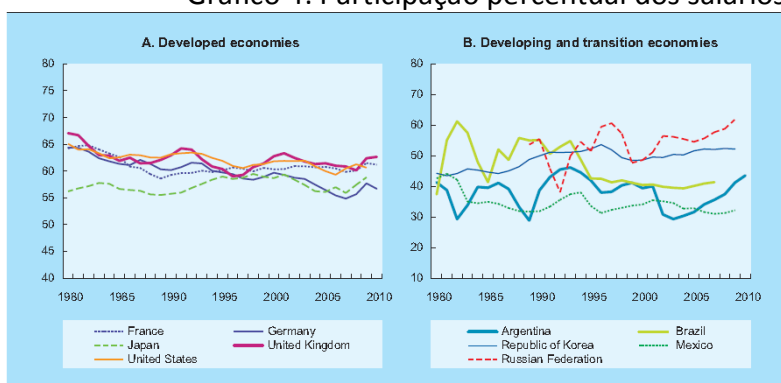
Nos Estados Unidos, de 1976 a 2005, apenas 1% da população, os mais ricos, teve um aumento real de renda de 228,3%, enquanto os 20% mais pobres tiveram aumento de somente 6,3%. A combinação de mutações produtivas e competitivas (inclusive migração de parte do capital produtivo para outras regiões, sobretudo para a Ásia) com o crescimento das desigualdades na sociedade americana empurrou as famílias ao endividamento ou à especulação financeira.

Nas últimas décadas, passou a prevalecer a política de redução de custos sobre o mundo do trabalho, corte de direitos sociais em contraste com os cortes de impostos para os ricos e as remunerações milionárias para os principais executivos empresariais. Criou-se uma corrida do endividamento também de empresas e do governo. É claro que esse conjunto de mutações teria que repercutir como formação de bolhas financeiras em contradição com a insustentabilidade da demanda agregada.

Ao se buscar as diversas origens da crise, há que se defrontar com as políticas de ataque ao trabalho, aumento da exploração, nas últimas décadas, conforme a dominação neoliberal nos Estados Unidos e também no mundo. Tanto nos países desenvolvidos (PD) como nos países em desenvolvimento (PED) há o fenômeno de longo prazo de queda da participação dos salários na renda, enfraquecendo, relativamente, a demanda. Ademais, o Estado de bem estar nos PD sofre lenta e progressiva corrosão, com cortes nas despesas

públicas com educação, saúde, aposentadorias, pensões, além das demissões de funcionários. No caso dos desenvolvidos, a queda da participação dos salários na renda nacional é mais uniforme e contínua em comparação com os países em desenvolvimento (ver Gráfico 4). É óbvio, globalmente, que nos países selecionados, apesar das mudanças, nos PED a participação salarial é menor do que nos PD. Essa importante contradição é atenuada nos PED por conta da aceleração do crescimento econômico.

Gráfico 4: Participação percentual dos salários na renda, 1980-2010



Source: UNCTAD secretariat calculations, based on OECD, *Main Economic Indicators* database; and Lindenboim, Kennedy and Graña, 2011.

QUE CRISE É ESSA

Para que essa pergunta agora. A retomada da crise em 2011 serve para ensinar sobre sua natureza. É assim mesmo, esta crise tem muitas dimensões. É um complexo. Se não fosse assim, como poderia ser uma crise sistêmica. Se não fosse assim, como seria tão duradoura, persistente, avassaladora, depois de muitos trilhões de pacotes públicos de resgate. Portanto, não é possível olhar só um aspecto, uma origem, um processo. Seria reducionismo. É a crise do neoliberalismo, da financeirização, do declínio relativo dos Estados Unidos, das contradições europeias, da estagnação japonesa. Há quem diga que a afirmação de que essa é uma crise do capitalismo é só uma tautologia. Se o sistema é capitalista, toda crise é crise do capitalismo. Tratar-se-ia de uma conclusão inútil, não serve para nada.

Mas um colapso com tantas dimensões, com tantos efeitos, é mais do que a irresponsabilidade, desonestidade, ganância e até mesmo desregulação. Há causas subjacentes, estruturais, contradições do sistema do capital. Aqui há de se enxergar a exacerbação e o gigantismo que os monopólios, o grande capital, a concentração e a centralização de capitais atingiram ao longo do tempo, em meio às crises, desde o pós-guerra. Dois terços do comércio internacional são intrafirmas. Mais bancos e instituições financeiras tornaram-se grandes demais para falir ou para serem regulados. A praça financeira de Nova Iorque concentra mais da metade das transações financeiras do mundo. As fusões e aquisições de empresas atingiram montanhas de capitais desde os anos 1980, arrastando as bolsas. Acirrou-se violentamente o controle sobre a ciência, tecnologia e inovação.

São essas monstruosas forças materiais, com seus interesses ultrapoderosos, que nas últimas décadas tiveram que exigir e impor determinados padrões de exploração do trabalho, concorrência, lucros. Tudo isso se

expressou em políticas e ideologias como o neoliberalismo e em processos como a financeirização, privatização e livres fluxos de capitais.

A crise europeia é de difícil solução porque é a própria continuidade das dificuldades fiscais de alguns países que é instrumentalizada como meio para os bancos e operadores financeiros apostarem contra o euro e ganharem dinheiro. A economia americana, por seu lado, não parece encontrar forças, neste momento, para esvaziar seu elevado desemprego. Mas o capitalismo é um único sistema. Há interdependência e reciprocidade ente suas partes. O curso mundial da finança, do crédito, do comércio e dos preços das commodities já está gerando novas dificuldades para os países em desenvolvimento. Não há crise do fim do mundo, crise eterna, colapso automático do capitalismo, como se sabe. Assim, há necessidade de lutas e reformas para o enfrentamento da crise, do ponto de vista dos trabalhadores e do combate ao imperialismo. Conforme o clichê, a crise é também oportunidade, se houver audácia dos que querem verdadeiras mudanças.

Referências:

ISAACS, Gilad. Contemporary Financialization: A Marxian Analysis.

ILO and the OECD. Short-term employment and labour market outlook and key challenges in G20 countries. Paris, 26–27 September 2011.

SHENG, Andrew. Crisis cartels. OCDE - Organisation for Economic Co-operation and Development. Paris. Global Forum on Competition. 01-Feb-2011. The Economist. Be Afraid.Oct 1st, 2011.

The Economist. Como salvar o Euro. Publicado na Carta Capital, 28/09/2011.

UNCTAD. Trade and development. Report, 2011. ONU, Nova Iorque e Genebra.

UNITED STATES SENATE. Wall Street and the Financial Crisis: Anatomy of a Financial Collapse. *Permanent Subcommittee on Investigations*. Washington, D.C. April 13, 2011.

WISMAN, Jon D. and BAKER, Barton. Increasing inequality, inadequate demand, status insecurity, ideology, and the financial crisis of 2008.